

DESAFIOS DE SAÚDE PÚBLICA ENTRE VENDEDORES AMBULANTES DE FERROVIAS NA CRISE DA COVID-19

PUBLIC HEALTH CHALLENGES AMONG RAILWAY STREET VENDORS DURING THE COVID-19 CRISIS

DESAFÍOS DE SALUD PÚBLICA ENTRE VENDEDORES AMBULANTES DE FERROCARRILES DURANTE LA CRISIS DE LA COVID-19

DOI: 10.54899/dcs.v23i95.6968

Submitted: 9/9/2026

Approved: 9/9/2026

Published on: 9/18/2026

Alcione Basilio de Abreu

Doutor em Saúde Pública

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

Os Trabalhadores do comércio informal figuram entre os grupos mais vulneráveis às crises sanitárias, em razão da precariedade laboral, da exposição contínua ao público e da limitada cobertura das políticas de proteção social. Durante a pandemia de COVID-19, vendedores ambulantes que atuam em vias ferroviárias enfrentaram riscos ampliados de adoecimento, insegurança econômica e exclusão das estratégias institucionais de enfrentamento da crise. Este estudo teve como objetivo investigar as consequências da pandemia de COVID-19 sobre vendedores ambulantes que operam em vias ferroviárias, analisando mudanças nas práticas de trabalho, a adesão às medidas de saúde pública e os impactos socioeconômicos decorrentes. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, realizado a partir de entrevistas semiestruturadas com vendedores ambulantes e observação de campo no ambiente ferroviário. O material empírico foi analisado por meio de análise temática, com foco na identificação de padrões de significado e categorias interpretativas relacionadas às experiências de trabalho e saúde. Os achados evidenciam elevada percepção de risco de adoecimento, exposição constante a aglomerações, adesão parcial às medidas de proteção individual e forte impacto do negacionismo sanitário no cotidiano laboral. A necessidade de manutenção da renda impôs a continuidade do trabalho, mesmo diante do risco à saúde, revelando limites das políticas públicas voltadas à proteção de trabalhadores informais. A pandemia aprofundou desigualdades estruturais já existentes, expondo a fragilidade das respostas institucionais frente à informalidade laboral. Recomenda-se o fortalecimento de políticas intersectoriais, com inclusão explícita de vendedores ambulantes nos planos de preparação e resposta a emergências sanitárias futuras.

Palavras-chave: COVID-19; trabalho informal; vendedores ambulantes; saúde do trabalhador; políticas públicas.

ABSTRACT

Workers in the informal commerce sector are among the groups most vulnerable to health crises due to precarious working conditions, continuous exposure to the public, and limited coverage of social protection policies. During the COVID-19 pandemic, street vendors operating along railway lines faced

increased risks of illness, economic insecurity, and exclusion from institutional crisis-response strategies. This study aimed to investigate the consequences of the COVID-19 pandemic for street vendors working in railway environments, analyzing changes in work practices, adherence to public health measures, and the resulting socioeconomic impacts. This qualitative study was conducted through semi-structured interviews with street vendors, field observations in railway settings. The empirical material was analyzed using thematic analysis, focusing on identifying patterns of meaning and interpretative categories related to work and health experiences. The findings reveal a high perceived risk of illness, constant exposure to crowding, partial adherence to individual protective measures, and a strong influence of health-related denialism on daily work practices. The need to maintain income forced workers to continue working despite health risks, highlighting the limitations of public policies aimed at protecting informal workers. The pandemic exacerbated pre-existing structural inequalities, exposing the fragility of institutional responses to labor informality. Strengthening intersectoral policies is recommended, with the explicit inclusion of street vendors in preparedness and response plans for future public health emergencies.

Keywords: COVID-19; informal work; street vendors; occupational health; public policies.

RESUMEN

Los trabajadores del comercio informal se encuentran entre los grupos más vulnerables a las crisis sanitarias, debido a la precariedad laboral, la exposición continua al público y la limitada cobertura de las políticas de protección social. Durante la pandemia de COVID-19, los vendedores ambulantes que trabajan en las vías ferroviarias enfrentaron mayores riesgos de enfermedad, inseguridad económica y exclusión de las estrategias institucionales para hacer frente a la crisis. Este estudio tuvo como objetivo investigar las consecuencias de la pandemia de COVID-19 en los vendedores ambulantes que trabajan en las vías ferroviarias, analizando los cambios en las prácticas laborales, la adhesión a las medidas de salud pública y los impactos socioeconómicos derivados. Se trata de un estudio con enfoque cualitativo, realizado a partir de entrevistas semiestructuradas con vendedores ambulantes y observación de campo en el entorno ferroviario. El material empírico fue analizado mediante análisis temático, con énfasis en la identificación de patrones de significado y categorías interpretativas relacionadas con las experiencias de trabajo y salud. Los hallazgos evidencian una elevada percepción del riesgo de enfermar, exposición constante a aglomeraciones, adhesión parcial a las medidas de protección individual y un fuerte impacto del negacionismo sanitario en la vida laboral cotidiana. La necesidad de mantener los ingresos impuso la continuidad del trabajo, incluso ante los riesgos para la salud, revelando las limitaciones de las políticas públicas destinadas a la protección de los trabajadores informales. La pandemia profundizó las desigualdades estructurales ya existentes, poniendo de manifiesto la fragilidad de las respuestas institucionales frente a la informalidad laboral. Se recomienda fortalecer las políticas intersectoriales, con la inclusión explícita de los vendedores ambulantes en los planes de preparación y respuesta ante futuras emergencias sanitarias.

Palabras clave: COVID-19; trabajo informal; vendedores ambulantes; salud laboral; políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 representou uma crise sanitária sem precedentes no século XXI, com repercussões profundas sobre os sistemas de saúde, as economias nacionais e as condições de vida das populações, particularmente entre grupos socialmente vulnerabilizados. No contexto latino-americano, a elevada informalidade do mercado de trabalho ampliou a exposição de milhões de trabalhadores aos riscos biológicos e socioeconômicos associados à crise sanitária, revelando fragilidades históricas dos sistemas de proteção social.

Os vendedores ambulantes constituem um segmento expressivo do trabalho informal urbano, caracterizado pela ausência de vínculos empregatícios formais, instabilidade de renda, exposição ambiental contínua e limitada cobertura previdenciária. Quando inseridos em ambientes de intensa circulação populacional, como vias ferroviárias, tais trabalhadores se encontram submetidos a condições ainda mais adversas, com elevada densidade humana, dificuldade de distanciamento físico e controle sanitário precário (Abreu, *et al* 2025).

Esses trabalhadores informais apresentaram maior risco de infecção por SARS-CoV-2, menor capacidade de adesão ao isolamento social e impactos econômicos mais severos durante a pandemia. A impossibilidade de interromper as atividades laborais, aliada à insuficiência de políticas compensatórias, obrigou esses trabalhadores a escolher entre a exposição ao vírus e a necessidade de renda para o sustento material (Abreu *et al*, 2025).

No Brasil, embora medidas como o Auxílio Emergencial tenham mitigado parcialmente os efeitos econômicos da pandemia, a cobertura e a suficiência dessas ações mostraram-se limitadas, especialmente para trabalhadores que permaneceram ativos em ambientes de alto risco, como o comércio ambulante em transportes públicos. O contexto de negacionismo científico e de politização das medidas de saúde pública comprometeu a adesão coletiva a protocolos sanitários, ampliando o risco de transmissão comunitária.

Apesar da relevância social e epidemiológica do tema, observa-se uma lacuna na produção científica nacional e internacional sobre os impactos específicos da pandemia de COVID-19 sobre vendedores ambulantes que atuam em vias ferroviárias, particularmente sob a perspectiva da saúde do trabalhador e das políticas públicas. A maioria dos estudos aborda a informalidade de forma agregada, sem considerar as especificidades territoriais e ocupacionais desse grupo (Moraes, 2020; Chen *et al*, 2021; Ilo, 2021).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar as consequências da pandemia de COVID-19 sobre vendedores ambulantes que operam em vias ferroviárias, explorando os desafios sanitários, as transformações nas práticas de trabalho, a adesão às medidas de saúde pública e os impactos socioeconômicos decorrentes da crise. Busca-se, assim, contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às realidades do trabalho informal em contextos de emergência sanitária.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico. A estratégia metodológica combinou entrevistas semiestruturadas, observação de campo e análise da literatura científica, permitindo uma compreensão abrangente das experiências vivenciadas pelos vendedores ambulantes durante a pandemia de COVID-19.

O estudo empírico foi realizado em vias ferroviárias urbanas da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), caracterizadas por intenso fluxo diário de passageiros e presença consolidada de comércio ambulante. Participaram do estudo 12 vendedores ambulantes adultos, atuantes regularmente nos trens durante o período da pandemia, entre os anos de 2021 e 2023.

Foram incluídos vendedores ambulantes maiores de 18 anos, com pelo menos seis meses de atuação em vias ferroviárias antes ou durante a pandemia de COVID-19. Foram excluídos trabalhadores eventuais ou aqueles que não atuaram no período pandêmico.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas presencialmente em local acordado com os participantes, abordando percepções de risco, práticas de proteção, impacto socioeconômico e relação com as políticas públicas. A observação de campo, realizou-se com registros sistemáticos sobre aglomeração, uso de máscaras, interação com o público e condições ambientais de trabalho. As entrevistas foram gravadas, transcritas integralmente e anonimizadas, utilizando códigos alfanuméricos para identificação dos participantes. Os dados foram analisados por meio da análise temática, seguindo as etapas de familiarização, codificação, construção e revisão de temas.

O estudo foi conduzido em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo anonimato e confidencialidade.

3 RESULTADOS

A análise qualitativa do material empírico permitiu identificar quatro eixos temáticos centrais, que expressam de forma articulada as experiências, percepções e estratégias de enfrentamento dos vendedores ambulantes que atuam em vias

ferroviárias durante a pandemia de COVID-19: (1) exposição ocupacional e percepção de risco; (2) adesão às medidas de saúde pública; (3) negacionismo sanitário e conflitos no cotidiano laboral; e (4) impactos socioeconômicos decorrentes da crise sanitária.

3.1 EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL E PERCEPÇÃO DE RISCO

Os participantes relataram elevada percepção de risco de adoecimento, associada à natureza do trabalho exercido em ambientes caracterizados por intensa circulação de pessoas, aglomeração e contato direto com o público. A interação contínua com usuários desconhecidos, somada à impossibilidade prática de identificar indivíduos sintomáticos, foi descrita como um elemento permanente de vulnerabilidade no cotidiano laboral.

Essa exposição não foi percebida como episódica, mas como dimensão constitutiva do cotidiano laboral. O risco ultrapassa a contaminação viral, incluindo violência urbana, assédio, repressão institucional e insegurança jurídica, configurando um cenário ampliado de precariedade ocupacional. Como expressa uma entrevistada:

“Temos que passar por riscos né. Segurança não existe” (V2)

“Muito perigoso. Acontecem muitas coisas que as pessoas não sabem... a gente não tem ali alguém para proteger a gente” (V7)

Outro trabalhador reforça a ausência de qualquer retaguarda institucional:

“Nossa segurança é Deus. A gente não tem nada” (V12)

A condição de irregularidade do trabalho também foi reconhecida como fator de exposição:

“É perigoso, a gente fica se expondo ali no trem em um trabalho que não é regular” (V11)

“Às vezes até pode né, porque a gente tem que lidar com o público né. A gente lidando com o público a gente fica exposto” (V6).

Os depoimentos evidenciam que o risco não era percebido como eventual ou episódico, mas como intrínseco à atividade laboral, atravessando toda a experiência cotidiana de trabalho durante a pandemia. Tais evidências dialogam com análises que

compreendem a informalidade como produtora de riscos estruturais, nos quais a ausência de direitos trabalhistas e proteção estatal amplia processos de desgaste físico e mental (Laurell & Noriega, 1989; Druck, 2016; Antunes, 2018). Assim, a pandemia operou não como evento isolado, mas como catalisador de vulnerabilidades históricas já presentes no trabalho informal.

3.2 ADEÇÃO ÀS MEDIDAS DE SAÚDE PÚBLICA

No que se refere às estratégias de proteção, os entrevistados relataram adesão parcial às medidas de saúde pública, especialmente ao uso de máscaras e à vacinação contra a COVID-19. Entretanto, essa adesão foi constantemente tensionada pela necessidade de garantir a subsistência, o que levou à manutenção das atividades laborais mesmo em períodos de maior risco epidemiológico.

A proteção apareceu como responsabilidade individual, sem apoio institucional ou políticas específicas voltadas aos trabalhadores informais. A impossibilidade de interromper o trabalho foi recorrente nos depoimentos, revelando que o imperativo econômico se sobrepunha à autoproteção:

“Eu usei máscara, tomei vacina, mas tinha que ir para a rua trabalhar. Se eu não trabalhar eu não como, eu não sustento a minha casa” (V3)

Mesmo em situações de adoecimento crônico, a exposição permanecia inevitável:

“Eu não tenho condições nenhuma de exposição ao sol... mas muitas das vezes eu tenho que ir pra lá desse jeito... faz mal, mas é o jeito que eu tenho” (V8)

Os dados indicam que a adoção das medidas de proteção ocorreu de forma individualizada e autogerida, sem apoio estruturado do Estado ou de políticas públicas específicas para trabalhadores informais em contextos de transporte coletivo, revelando limites estruturais de enfrentamento da pandemia para trabalhadores informais.

3.3 NEGACIONISMO SANITÁRIO E CONFLITOS NO COTIDIANO LABORAL

Outro eixo central refere-se à vivência cotidiana de conflitos associados ao descumprimento dos protocolos sanitários por parte do público, frequentemente

atribuído a discursos negacionistas e à politização da pandemia. Os vendedores relataram situações recorrentes de desrespeito às medidas de prevenção, o que ampliava a sensação de insegurança e impotência frente à ausência de mecanismos de regulação ou fiscalização nos espaços de trabalho. Esse cenário é exemplificado no seguinte depoimento:

“Tinha muita gente que não respeitava, sabe. Tem gente que não acredita até hoje” (V3).

Paralelamente, emergiram conflitos relacionados à própria condição de informalidade, incluindo perseguição, perda de mercadorias e discriminação racial:

“Já saí várias vezes na porrada aqui pra defender o espaço” (V3) “As pessoas acham que a gente tá ali porque gosta, não porque precisa” (V7).

“Tem dia que é aquele corre-corre... os caras tentando tomar nossa mercadoria” (V9).

“Não são todos os lugares que a gente é bem aceito” (V5)

“A gente é uma classe que já não é bem-vista... acham que a gente não tem educação” (V6)

“Discriminação eu sofro todo dia, ainda mais por causa da minha cor” (V11).

As falas revelam que o negacionismo não se expressou apenas como fenômeno discursivo, mas como fator concreto de risco ocupacional, produzindo tensão relacional, desgaste emocional e ampliação da vulnerabilidade dos trabalhadores. Tais elementos corroboram abordagens críticas da determinação social da saúde, segundo as quais processos de precarização, racismo estrutural e exclusão institucional configuram dimensões indissociáveis do adoecimento no trabalho informal (Breilh, 2013; Borghi *et al*, 2018; Minayo, 2021).

3.4 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PANDEMIA

Os impactos socioeconômicos foram descritos de forma consistente pelos participantes, destacando-se a redução significativa da renda decorrente da queda abrupta no fluxo de passageiros e das restrições impostas à circulação. Esse cenário resultou no aprofundamento da precarização do trabalho, na instabilidade financeira e, em alguns casos, na insegurança alimentar.

Os impactos econômicos aparecem de forma transversal e intensa, com destaque também para insegurança alimentar e ausência de proteção social, agravadas durante a pandemia:

“Não temos nenhum benefício... nenhuma segurança, nenhuma certeza” (V1)

“O único jeito de resolver nossos problemas materiais é com dinheiro” (V8).

“O que a gente ganha na rua mal dá para se alimentar” (V7).

Se tiver chovendo a gente não consegue trabalhar” (V2)

“Teve dia que não entrava quase ninguém no trem... não vendia nada” (V10).

“Se eu pagar contribuição previdenciária não sobra dinheiro e eu morro de fome” (V11).

“O dinheiro não dá nem pra pagar o INSS... prefiro levar um prato de comida pra minha família” (V3)

A ausência de políticas públicas específicas voltadas aos trabalhadores informais que atuam em ambientes de transporte coletivo foi apontada como uma lacuna relevante no enfrentamento da crise sanitária. Os relatos indicam que as estratégias governamentais implementadas durante a pandemia não contemplaram adequadamente as especificidades dessa população, reforçando desigualdades pré-existent e ampliando processos de exclusão social (RIBEIRO *et al*, 2025).

4 DISCUSSÃO

O trabalho ambulante em áreas de transporte coletivo, especialmente no sistema ferroviário da RMRJ, é marcado por uma dinâmica socioeconômica que combina intensa mobilidade, exposição a fluxos populacionais massivos e ausência de marcos regulatórios específicos para garantir proteção social e trabalhista. A proximidade física com usuários do transporte caracteriza-se como elemento central para a viabilidade econômica dessa atividade, mas também se torna vetor de vulnerabilidade sanitária. Em períodos de crise, como ocorreu com a pandemia de COVID-19, a densidade de circulação nessas áreas apresentou-se como fator agravante para o risco de contágio entre vendedores e passageiros (WHO, 2020).

Os espaços onde esses trabalhadores atuam, plataformas, vagões e acessos externos, funcionam simultaneamente como pontos de venda e interação social,

sendo raramente adaptados à implementação de medidas efetivas de higiene ou distanciamento social. A escolha de territórios vinculados ao transporte coletivo está ligada a fatores estruturais determinantes. A concentração elevada de potenciais clientes nas estações e dentro dos trens cria um mercado relativamente previsível em termos de fluxo diário. No entanto, este padrão se sustenta sobre uma lógica informal que não é reconhecida oficialmente como componente da economia urbana formal. Este caráter fora do registro legal implica barreiras impeditivas para concessão de licenças formais ou inclusão em regimes previdenciários (Abreu, *et al* 2025).

Tais circunstâncias consolidam um quadro crônico no qual esses trabalhadores operam à margem das normas laborais estatais, dependentes da tolerância tácita das autoridades locais ou da negociação direta com operadores privados do sistema ferroviário. Durante a pandemia, restrições à mobilidade foram impostas abruptamente sem canais efetivos de participação desses grupos na elaboração das medidas sanitárias (Maurizio *et al*, 2023).

O fechamento temporário ou a redução do funcionamento dos meios coletivos impactaram diretamente as receitas dos vendedores ambulantes ferroviários. Com menos passageiros circulando e horários reduzidos, muitos perderam o acesso ao seu principal mercado consumidor. Ao mesmo tempo, o alto grau de informalidade limitou o alcance dos auxílios emergenciais previstos pelo Estado brasileiro (Costa Trindade *et al*, 2023).

Os achados deste estudo evidenciam que a pandemia de COVID-19 atuou como evento amplificador de desigualdades estruturais já presentes no trabalho informal urbano, particularmente entre vendedores ambulantes que exercem suas atividades em vias ferroviárias. A elevada exposição ocupacional, associada à impossibilidade concreta de adoção plena do distanciamento físico, revela a centralidade do processo de trabalho como determinante social da saúde em contextos de crise sanitária (Fernandes *et al*, 2024).

A percepção ampliada de risco relatada pelos participantes não se restringe ao medo individual do adoecimento, mas expressa a consciência de inserção em um arranjo produtivo informal desprovido de proteção institucional, no qual o risco é naturalizado como componente intrínseco da sobrevivência econômica. Assim, a informalidade se destaca como espaço de sobreposição entre exposição ocupacional, fragilidade de direitos e invisibilidade nas políticas públicas de saúde e trabalho (Barros *et al*, 2020).

A adesão parcial às medidas de proteção individual, especialmente ao uso de máscaras e à vacinação, evidencia uma tensão permanente entre autocuidado e imperativo econômico. Os resultados indicam que, embora os trabalhadores reconheçam a importância das recomendações sanitárias, sua implementação ocorre de forma limitada pelas condições materiais de existência. Esse achado reforça a crítica às abordagens individualizantes da prevenção, que desconsideram os condicionantes sociais que moldam a capacidade real de adesão às medidas de saúde pública (Malta *et al*, 2021).

O negacionismo sanitário emerge, neste estudo, não apenas como fenômeno discursivo ou ideológico, mas como fator concreto de risco ocupacional e coletivo, ao produzir conflitos cotidianos e enfraquecer a efetividade das estratégias de controle da transmissão. No contexto brasileiro, marcado pela politização da pandemia e pela circulação de discursos anticientíficos, o negacionismo assume papel central na produção de insegurança, especialmente em espaços de trabalho informais e desregulados (Sachs *et al*, 2022).

Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados apontam para a insuficiência das respostas institucionais frente às especificidades do trabalho informal em ambientes de alta circulação, como os sistemas de transporte coletivo. A ausência de estratégias intersetoriais articulando saúde, assistência social, mobilidade urbana e regulação do trabalho contribuiu para a manutenção e, em alguns casos, o agravamento da vulnerabilidade desses trabalhadores (Chen & Carré, 2020). Esse cenário reforça críticas sobre a fragmentação das políticas sociais e a dificuldade histórica de incorporação do trabalho informal como objeto legítimo de proteção estatal (Ilo, 2022).

As consequências socioeconômicas observadas, particularmente a redução abrupta da renda e o agravamento da insegurança alimentar, revelam que os impactos da pandemia extrapolaram a dimensão sanitária, configurando uma crise social profunda para os vendedores ambulantes. A ausência de redes de proteção social eficazes para trabalhadores informais resultou em estratégias de sobrevivência que implicaram maior exposição ao risco, evidenciando a falsa dicotomia entre saúde e economia imposta a esses grupos (ILO, 2022).

5 CONCLUSÃO

Esse estudo contribui para o avanço do debate na Saúde Pública ao evidenciar como a pandemia de COVID-19 reatualizou desigualdades históricas no mundo do trabalho informal, apontando a necessidade de políticas públicas estruturais, intersetoriais e sensíveis às realidades territoriais.

Os achados deste estudo evidenciam que os vendedores ambulantes que atuam em vias ferroviárias da RMRJ experimentaram, durante a pandemia de COVID-19, uma sobreposição crítica de riscos sanitários, ocupacionais e socioeconômicos, resultante da combinação entre elevada exposição ocupacional, informalidade laboral e insuficiência das respostas institucionais. Tais condições configuraram um cenário de vulnerabilidade ampliada, no qual a necessidade de manutenção da renda impôs a continuidade do trabalho mesmo em contextos de elevada transmissão viral, reafirmando a centralidade dos determinantes sociais do processo saúde-doença no contexto do trabalho informal urbano.

As evidências produzidas indicam que a ausência de incorporação explícita desses trabalhadores nos planos de preparação e resposta a emergências sanitárias contribuiu para a reprodução de desigualdades históricas e para a invisibilização de grupos que exercem atividades essenciais para a dinâmica urbana. Nesse sentido, os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas intersetoriais, que articulem de forma integrada saúde do trabalhador, proteção social, mobilidade urbana e estratégias de comunicação em saúde baseadas em evidências, superando abordagens fragmentadas e individualizantes.

Do ponto de vista das implicações para a gestão e para a formulação de políticas, o estudo aponta para a urgência de desenvolver mecanismos institucionais específicos para trabalhadores informais em ambientes de alta circulação, incluindo estratégias de apoio à renda, provisão de insumos de proteção, acesso facilitado a serviços de saúde e dispositivos de vigilância em saúde do trabalhador sensíveis às realidades territoriais. Tais medidas são fundamentais para a construção de sistemas de saúde mais equitativos e resilientes frente a futuras crises sanitárias.

No campo da produção de conhecimento, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a investigação de estratégias de intervenção participativa, envolvendo os próprios trabalhadores na co-construção de soluções, bem como avaliem modelos inovadores de proteção social adaptados à informalidade laboral. A ampliação de

estudos em diferentes contextos territoriais poderá contribuir para a consolidação de evidências capazes de subsidiar políticas públicas mais inclusivas, fortalecendo o papel da Saúde Pública na redução das desigualdades e na promoção da justiça social.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o recorte territorial específico, que restringe a generalização dos resultados para outros contextos urbanos. Contudo, a abordagem qualitativa adotada permitiu uma compreensão aprofundada dos sentidos, práticas e contradições vivenciadas pelos trabalhadores, conferindo robustez interpretativa e relevância analítica aos achados.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados que fundamentam os achados deste estudo estão disponíveis mediante solicitação ao autor correspondente, respeitando os princípios éticos e a confidencialidade dos participantes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. B.; SOUZA, K. R.; OLIVAR, M. S. P. **Trabalho informal e desigualdades entre vendedores ambulantes da via férrea do Rio de Janeiro.** Serviço Social & Sociedade, v. 148, n. 3, e6628467, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.467>.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARROS, A. J. D.; VICTORA, C. G.; MENEZES, A. M. B.; HORTA, B. L.; HARTWIG, F.; VICTORA, G. **Social distancing patterns in nine municipalities of Rio Grande do Sul, Brazil: the Epicovid19/RS study.** Revista de Saúde Pública, v. 54, 75, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002810>.
- BORGHI, C. M. S. O.; OLIVEIRA, R. M.; SEVALHO, G. **Determinação ou determinantes sociais da saúde: texto e contexto na América Latina.** Trabalho, Educação e Saúde, v. 16, n. 3, p. 869-897, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00142>.
- BREILH, J. **La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública.** Revista Facultad Nacional de Salud Pública, v. 31, supl. 1, p. S13-S27, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rfnsp/v31s1/v31s1a02.pdf>.
- CHEN, M.; CARRÉ, F. **The informal economy revisited.** World Development, v. 130, 104900, 2020. Disponível em: <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/101828/9780429577499.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- CHEN, M.; GRAPSA, E.; ISMAIL, G.; ROGAN, M.; VALDIVIA, M.; ALFERS, L. **COVID-19 and informal work: distinct pathways of impact and recovery in 11 cities around the world.** Manchester: WIEGO, 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/media/85701/download>.
- COSTA TRINDADE, L.; CRUZ LEAL, E. C.; SARAIVA MIRANDA, L. H.; RIBEIRO, J. V. A. **Informalidade e a crise da COVID-19: seus impactos sobre o trabalhador brasileiro na segunda década do século XXI.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2023. Disponível em: https://enep.sep.org.br/uploads/2972_1740784966_A_CRISE_DA_COVID-19_IDENTIFICADO_pdf_ide.pdf.
- DRUCK, G. **A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho.** Trabalho, Educação e Saúde, v. 14, supl. 1, p. 15-43, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00023>.
- FERNANDES, R. P. C.; SIQUEIRA, J. S.; SANTOS, M. F.; PENA, P. G. L.; WERNECK, G. L.; BURDORF, A. **Precarious work and methodological challenges to study hard-to-reach populations.** Revista de Saúde Pública, v. 58, 12, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2024058005470>.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **World employment and social outlook: trends 2021**. Geneva: ILO, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_795453.pdf.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Impact of the COVID-19 pandemic on informality: has informal employment increased or decreased?** Geneva: ILO, 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@ed_protect/@protrav/@travail/documents/briefingnote/wcms_840067.pdf.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MALTA, M.; VETTORE, M. V.; PASSOS DA SILVA, C. M. F.; SILVA, A. B.; STRATHDEE, S. A. **Political neglect of COVID-19 and the public health consequences in Brazil: the high costs of science denial**. *EClinicalMedicine*, v. 35, 100878, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2021.100878>.

MAURIZIO, R.; MONSALVO, A. P.; CATANIA, M. S.; MARTINEZ, S. **Short-term labour transitions and informality during the COVID-19 pandemic in Latin America**. *Journal of Labour Market Research*, v. 57, 15, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12651-023-00342-x>.

MINAYO, M. C. S. **Determinação social, não! Por quê?** *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 12, e00010721, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00010721>.

MORAES, M. M. **Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2020. Disponível em: https://www.sbpot.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=81.

RIBEIRO, E. C. S.; FERREIRA, A. A.; SALLES-COSTA, R. **Food insecurity in urban and rural areas of Brazil during the COVID-19 pandemic**. *Revista de Saúde Pública*, v. 59, e26, 2025. DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2025059006453>.

SACHS, J. D.; ABDOOL KARIM, S. S.; AKNIN, L.; ALLEN, J.; BROSBØL, K.; COLOMBO, F. **The Lancet Commission on lessons for the future from the COVID-19 pandemic**. *The Lancet*, v. 400, n. 10359, p. 1224-1280, 2022. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)01585-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)01585-9).

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Regional Office for Europe. **COVID-19 health equity impact policy brief: informal workers**. Copenhagen: WHO, 2020. Disponível em: <https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/45da2e08-751f-41cc-8103-492339e247a3/content>.